

O Sr. Vereador José Pedro Ribeiro abordou o 1.º e 3.º pontos da Ordem de Trabalhos: Documentos de Prestação de Contas 2023 (SMAS) e 1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2024 e Anos Seguintes (SMAS).

O Sr. Vereador Filipe Pacheco destacou várias questões que considerou serem pertinentes relativamente ao 2.º ponto da Ordem de Trabalhos: Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2023. Entre estes incluem-se a implementação dos alertas SMS, o facto de a afetação dos dísticos de veículos em fim de vida ter permitido recuperar um atraso generalizado verificado ainda dos tempos de pandemia, que por sua vez permitiu aumentar em uma centena o número global de veículos que haviam sido removidos em 2022; o reforço dos agentes de estacionamento; a questão do Flexibus em Pêra e no Porto Brandão, e ainda atualizações relativamente ao funcionamento da Carris Metropolitana. Abordou também os anos de reconstrução da empresa, e a importância de se ter promovido a consolidação e o retorno ao crescimento na empresa. O Sr. Vereador finalizou a sua intervenção destacando o reforço de diálogo interno com os trabalhadores, que veio permitir que a situação na empresa esteja hoje a decorrer com normalidade.

A Sra. Presidente do Executivo, ainda neste ponto, deu nota que a morosidade do processo não se deveu à administração da Wemob, mas sim devido à falta de resposta da outra parte.

Relativamente ao último ponto da Ordem de Trabalhos: Prestação de Contas 2023 – Município de Almada, a Sra. Presidente do Executivo referiu que este documento requer sempre uma leitura técnica e política, e que a apresentação do mesmo já havia sido feita em reunião de Câmara. Abordou também questões relativas ao PRR, nomeadamente a importância de não deixar cair os projetos em curso. Referiu também o aumento dos custos derivados da inflação, que impactam profundamente na realização de projetos, e que para responder a este desafio é fundamental que o poder local e o poder central, bem como as dinâmicas entre as instituições europeias e as nacionais, criem sinergias que permitam lançar projetos que sejam concretizáveis e efetivamente concretizados. Abordou também as questões relativas ao IUC e à derrama, nomeadamente o facto de a baixa de impostos impactar profundamente os municípios. Neste ponto, a Sra. Deputada Municipal Margarida Lourenço questionou a Sra. Presidente relativamente às despesas globais inerentes à Transferência de Competências que foram garantidas pela Câmara Municipal de Almada. A Sra. Presidente referiu os valores em causa, lembrando ainda que a Competência da Saúde ainda não foi realizada. Referiu também o aumento do apoio social prestado por parte da Câmara Municipal e em conjunto com as Uniões de Freguesias, decorrente do aumento do custo de vida das famílias, e cuja implementação tem sido feita de forma muito mais célere do que no passado.